

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLVI



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2024

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

O presente tomo das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa — Classe de Letras* reúne as comunicações apresentadas nas sessões académicas da Classe de Letras no ano de 2018.

Título: Memórias da Academia das Ciências de Lisboa
Classe de Letras
Tomo XLVI

Edição: Academia das Ciências de Lisboa

Impressão: Gráfica 99

Data de impressão: 2024

ISSN: 0378-116X

Depósito legal: 61370/92

DOI: <https://doi.org/00000>

O suposto equívoco de Vasco da Gama e sua tripulação no encontro de cristãos na Índia — uma revisitação carregada de dúvidas

ONÉSIMO TEOTÓNIO ALMEIDA

«Um olhar crítico sobre a epistemologia do suposto “reconhecimento do desconhecido”» poderia servir de subtítulo a este ensaio, a explicitar melhor o seu objectivo. A expressão “reconhecimento do reconhecido” advém de um ensaio inserido no volume de Fernando Gil e Helder Macedo, *Viagens do Olhar*,¹ sobre que me debrucei num ensaio publicado em *Despenteando Parágrafos*.² Nesse texto, eu referia de passagem o caso, que Macedo não refere directamente no seu ensaio, da suposta cegueira de Vasco da Gama e a sua tripulação que viram nos indianos os cristãos que buscavam e ansiavam encontrar. O texto em causa é da autoria de Helder Macedo. Nele o ensaísta explica que a expressão “pressupõe um paradoxo frequentemente manifestado nos primeiros encontros entre povos de civilizações diferentes, a razão dos ilusórios entendimentos e dos equivocados desentendimentos que estiveram na origem da construção dos impérios.”³ Por isso anuncia que vai “procurar ilustrar através de três ou quatro exemplos a maneira como os pioneiros da aventura imperial reconheciam o que não conheciam, projectando nas coisas e nos povos que foram encontrando os seus próprios desejos, medos, ideais, fantasmas, superstições — em suma, o seu imaginário.”

¹ Gil, F. & Macedo, H., *Viagens do Olhar: Retrospecção, visão e profecia no Renascimento português*, Porto, Campo das Letras, 1998.

² “De “partes (de África)” não se faz um todo — questões para Helder Macedo”, incluído no meu livro *Despenteando Parágrafos* (Lisboa, Quetzal, 2015, pp. 279-298). Como expliquei nesse ensaio, o mesmo argumento de Helder Macedo surge com leves diferenças, não essenciais, no seu romance *Partes de África* (Lisboa, Editorial Presença, 1991). Daí que no presente texto eu inclua citações de ambos. No meu ensaio em *Despenteando Parágrafos*, eu apenas referia de passagem o caso da suposta cegueira de Vasco da Gama e a sua tripulação, que na Índia teriam visto nos indianos os cristãos que buscavam e ansiavam encontrar, todavia não o analisei; foquei particularmente as referências à Carta de Pêro Vaz de Caminha enviada a D. Manuel I após a chegada de Álvares Cabral ao Brasil.

³ *Ibidem*, p. 160.

Helder Macedo prossegue: “A palavra latina *invenire*, que significa “encontrar” ou “descobrir”, é também a raiz da palavra “inventar”.⁴ Segundo Macedo, “os pioneiros europeus levaram consigo a sua língua e, dentro dela, os seus conhecimentos, as suas metáforas, as suas crenças.”⁵ Afirma ainda: “Quando o que se lhes deparava excedia os limites dos conhecimentos, recorriam às metáforas; quando estas ameaçavam subverter a ordem da razão estabelecida, sempre havia a fé para bloquear os abismos do ininteligível.”⁶ O próprio Camões é apontado como exemplo desse síndrome:

até para Camões, até também para Mendes Pinto que, de par com Camões, foi o mais universalista dos portugueses da primeira diáspora imperial, a percepção do desconhecido acaba sempre por voltar a ser um reflexo do conhecido.⁷

Não venho, evidentemente, repetir a leitura crítica efectuada nesse ensaio. Repeti algumas citações do texto de Helder Macedo apenas porque eles captam exemplarmente uma visão hoje comum e assaz sustentada entre as vanguardas dos estudos pós-coloniais. Assim, posta esta introdução, entremos directamente no prolongamento do que noutros escritos tenho sugerido relativamente ao caso de Vasco da Gama.

Se algum navegador português levava na sua viagem uma terra utópica em mente, esse era Vasco da Gama. E afinal o que nos mostra o relato da sua chegada à Índia? Basta lermos o relato de Álvaro Velho: uma profunda decepção. Chegados à Índia, nota-se, no início, alguma euforia, mas que cedo se dissipa. Não era aquela a terra que nos seus desejos esperavam. Tanto assim que andaram de um lado para o outro receosos de não terem ainda acertado com o lugar que procuravam, na expectativa de descobrirem algo mais próximo da sonhada Índia. Ora, isso era já um claro sinal de que não estavam a ver o que esperavam, porque a realidade que acharam era outra. O cúmulo da distopia acontece quando visitam o samorim levando míseras ofertas, que os guardas do rei nem sequer deixam

⁴ *Ibidem*, p. 161.

⁵ *Ibidem*, p. 161.

⁶ *Ibidem*, p. 161.

⁷ *Ibidem*, p. 161.

que se atrevam a entregar por as acharem indignas como presentes. A situação piora quando, em vez de encontrarem ouro e especiarias, é o próprio samorim que lhes pergunta se eles não trazem ouro. Foi como se os portugueses apanhassem uma valente bofetada. Não era nada daquilo que esperavam. Rigorosamente nada. E Vasco da Gama apercebeu-se depressa que só conseguiria chegar às especiarias se dispusesse de um poder naval poderoso capaz de lhe permitir impor-se à força, se é que isso valeria a pena.

A questão do confronto entre os horizontes de expectativa e as realidades encontradas ganha uma força especial no caso da alegação de que os navegadores portugueses, esperando encontrar cristãos na Índia, tal como prometia a história de Prestes João, teriam acreditado que os hindus que lá encontraram eram mesmo cristãos. Um exemplo quase ao acaso da visão recebida sobre esse encontro é a de José Manuel Garcia. Escreve ele no caderno *Vasco da Gama e a Índia*:

Os primeiros sobreviventes da armada que chegaram a Lisboa transmitiram ainda a falsa noção de que os indianos eram cristãos e por isso o rei divulgou essa informação errónea de que na Índia “acharam de povoação de cristãos, os quais, posto que tão confirmados não seja nas cousas da nossa Santa Fé, têm disposição pera o serem e em tudo guardarem e observarem dela em grande sua exaltação”.⁸

Por isso, nada como relermos o único testemunho que desse encontro (ou desencontro) de culturas nós dispomos. Na verdade, menos sorte têm os estudiosos da vida de Jesus, pois tiveram quatro relatores dos acontecimentos da sua vida, o que em consequência gerou uma naturalmente complicada série de questões quanto ao que terá realmente acontecido. No caso da primeira viagem de Vasco da Gama à Índia, só dispomos do relato de Álvaro Velho, o que, sendo pouco, simplifica muito o nosso papel de leitores e intérpretes, pois muito limitado é o nosso conhecimento dos factos. Quer dizer, portanto, que aquilo que sabemos do que aconteceu sabemos-lo por esse único documento.

Assim, nada como passarmos com alguma atenção os olhos sobre esse relato de Álvaro Velho, dispostos a fazer algumas perguntas.

⁸ Garcia, J. M., *Vasco da Gama e a Índia. 600 Anos do Início da Expansão Portuguesa*. Vol. 4 da série *Descobrimientos*, Lisboa, Verso da História, 2015, p. 86.

Vasco da Gama levava como missão, imposta por D. Manuel, a descoberta de cristãos (a essa imposição voltaremos mais tarde) e ele transmite-a ao samorim no seu primeiro encontro com o líder indiano:

E o capitão lhe disse como era embaixador de um Rei de Portugal, o qual era senhor de muita terra e muito rico de todas as coisas, mais que nenhum Rei daquelas partes; e que havia sessenta anos que os Reis seus antecessores mandavam, cada ano, navios a descobrir contra aquelas partes, porquanto sabiam que, em aquelas partes havia Reis cristãos como êles.⁹

Por isso, quando pela primeira vez se acercaram de templo indiano, julgavam estar junto a um templo cristão:

E em o meio do corpo da igreja está um coruchéu, todo ele cantaria; e tinha uma porta, [larga] quanto um homem cabia, e uma escada de pedra, porque subiam a esta porta, a qual porta era de arame; e dentro estava uma imagem pequena, a qual eles diziam que era [de] Nossa Senhora. E diante da porta principal da igreja, ao longo da parede, estavam sete sinos pequenos. Aqui fez o capitão-mor oração, e nós outros com êle.¹⁰

Em primeiro lugar, note-se que o narrador não diz que os portugueses acreditaram tratar-se de Nossa Senhora, apenas “que eles diziam ser”. Se é que a tradução estava correcta, o que parece duvidoso, pois os contactos apenas tinham sido iniciados e nenhum dos grupos conhecia a língua do outro¹¹.

⁹ Velho, A., *Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama (1497–1499)*. Prefácio, notas e anexos por A. Fontoura da Costa, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1940, p. 47. Todas as citações do roteiro bem como as cartas de D. Manuel seguem esta edição.

¹⁰ *Ibidem*, p. 44.

¹¹ Dá para imaginar os problemas de comunicação havidos sobretudo neste primeiro encontro, mas na verdade durante todo o tempo desta primeira viagem. Vale a pena recordar os dados da situação nesse aspecto, relatados por Álvaro Velho relativamente ao encontro com o samorim: “Disse o capitão que lhe pedia por mercê, porquanto os mouros lhe queriam mal e não haviam de dizer senão o contrário, que mandasse chamar um cristão que soubesse algravia dos mouros. Disse El-Rei que era muito bem, e logo mandou chamar um mancebo, pequeno de corpo, que chamavam Quaram. E disse o capitão que trazia duas cartas, uma era escrita em a sua linguagem, que êle a entendia muito bem, e que sabia que vinha muito boa; e que a outra êle não a entendia, e que assim como podia vir bem assim podia vir alguma coisa errada. E, porque o cristão não

Tão preocupado ia Vasco da Gama com a exigência de D. Manuel que logo de entrada pede ao samorim que lhe deixe levar súbditos seus para o rei de Portugal acreditar. Depois de solicitar “que lhe desse duas cartas, as quais cartas lhe êle daria ao outro dia; e que assim lhe manda dizer, por palavra, que êle [Rei de Portugal] era seu irmão e amigo”¹², o narrador do encontro prossegue:

El-rei respondeu a isto, e disse que êle fosse bem vindo, e que assim o havia êle por irmão e amigo; e que êle lhe mandaria embaixadores a *Portugal* com êle. Dizendo o capitão que assim lho pedia de mercê, porquanto êle não ousaria aparecer presente [a] El-Rei, seu senhor, se não levasse alguns homens da sua terra.¹³

Mas o encontro esteve longe de ser um caso de amor à primeira vista entre cristãos. Quando o samorim perguntou a Gama se queria passar a noite com cristãos ou com mouros, o sagaz e cauteloso capitão português colocou a religião de lado e, acima de tudo, optou pela sua segurança. Vejamos o relato dessa cena:

Estas e outras muitas coisas [se] passaram [entre] ambos, dentro daquela câmara; e, porquanto era já muito noite, El-Rei lhe disse que: com quem queria êle pousar, “se com cristaos, se com mouros?” E o capitão lhe respondeu: “que nem com cristaos, nem com mouros”; e que lhe pedia que lhe mandasse uma pousada sôbre si, em que não estivesse mais ninguém. E El-Rei disse que assim o mandaria.¹⁴

Depois, durante várias páginas em que o narrador vai dando conta das realidades culturais que mais chamam a atenção dos recém-chegados, não há qualquer referência a cristãos nem a afinidades entre portugueses e indianos. Pelo contrário, acham que não estão a ser tratados como um povo cristão trataria outro da mesma fé. Voltemos ao relato de Álvaro Velho:

E demos graças a Nosso Senhor por nos tirar de tais homens, em que não cabe nenhuma razão, como se fôssem bestas.¹⁵

sabia ler mourisco, tomaram quatro mouros a carta e leram-na ante si e depois vieram ler ante El-Rei; da qual carta El-Rei ficou contente.” (p. 51)

¹² Velho, A., *Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama (1497-1499)*, p. 48.

¹³ *Ibidem*, p. 48

¹⁴ *Ibidem*, p. 48.

¹⁵ *Ibidem*, p. 56.

Os conflitos prosseguem. Continuando embora a chamar-lhes cristãos, não falam sequer em celebrar missa com eles, não falam na sua religião, nem procuraram descobrir afinidades religiosas. Os portugueses observam, registam detalhes, mas sem o menor entusiasmo. Quanto aos mouros, a situação era bem mais clara e o relacionamento muito pior, pois conheciam-lhes a religião e tinham por ela uma quase milenar repulsa. Que era recíproca, aliás, pois quando os mouros viam os portugueses chegar dos barcos a terra, “por lhes parecer que nisso nos anojava, cuspiam no chão e diziam: “*Portugal, Portugal*”, ainda que êles, de princípio, logo buscaram maneira como nos tomassem todos e nos matassem”¹⁶.

Foi assim cada vez menos amistoso esse primeiro encontro na Índia e até à partida rumo a Lisboa. O relato conta:

Da qual nova todos fomos tristes, por vermos uns homens nas mãos de seus inimigos, e assim pelo grande desaviamento que isto dava à nossa partida. E assim mesmo o sentimos por um Rei cristão nos fazer tanta perraria¹⁷.

A carta do samorim para D. Manuel, pelo menos a parte que vem citada no relato de Álvaro Velho, que uma vez mais não pode deixar de ser uma tradução na linguagem do tradutor e escrivão, não alude a qualquer aliança cristã:

Vasco da Gama, fidalgo da vossa casa, veio à minha terra, com o que eu folguei. Em minha terra há muita canela, e muito cravo, e gengibre, e pimenta e muitas pedras preciosas. E o que quero da tua é ouro, e prata, e coral, e escarlata.¹⁸

Quer dizer, portanto, que não se trata de uma ingénua crença no suposto cristianismo dos indianos. Há só reservas e desconfianças, se bem que uma afinidade por ao menos não serem mouros, os eternos inimigos. Com esses é que os portugueses não querem ter mesmo nada a ver. À falta de um entendimento do que seja a religião dos indianos, não têm outro termo para denominá-la e optam então por referi-los como “cristãos”¹⁹. Porque, note-se, alguns passaram

¹⁶ Velho, A., *Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama (1497–1499)*, p. 57.

¹⁷ *Ibidem*, p. 60.

¹⁸ *Ibidem*, p. 63.

¹⁹ A este respeito, o historiador Luís Adão da Fonseca nota o seguinte, a propósito do piloto que Álvaro

muito além das dúvidas. A descrição não vem em Álvaro Velho, todavia deve ter sido contada mais tarde por alguém e foi Fernão Lopes de Castanheda que registou o seguinte momento de descrença de um português num templo hindu:

[os indianos] nomeavam Santa Maria... E parecendo assim Vasco da Gama, assentou-se em joelhos, & os nossos com ele & e fizeram oração. E João de Sá que estava duvidoso de ser aquilo igreja de Cristãos por ver aquela fealdade das imagens que estavam pintadas nas paredes, se assentando em joelhos disse. Se isto é diabo eu adoro a Deus verdadeiro. E Vasco da Gama que o ouviu olhou para ele sorrindo²⁰.

Ora esse momento ocorre logo no início da visita. Os dias e semanas subsequentes só devem ter feito alastrar a dúvida e a própria descrença. No momento da saída para iniciarem a viagem de regresso a Portugal, o autor do relato faz um

Velho refere como “cristão” enviado, a pedido de Vasco da Gama, pelo sultão de Sofala, encarregado de conduzir a frota a Calecute: “É óbvio que não se trata de um piloto cristão, como a fonte Álvaro Velho escreve. No entanto, a referência de Álvaro Velho à sua qualidade de cristão pode constituir uma pista com eventual interesse. Se na classificação dos povos que nos aparece no roteiro, o qualificativo de cristão é atribuído quase indiscriminadamente àquele que não é nem negro nem muçulmano, e com frequência designa o hindu, poderá o mesmo critério significar que o piloto em causa seria hindu?”. Fonseca, L. A. da, *Vasco da Gama. O homem, a viagem, a época*, Lisboa, Expo '98, 1997, pp. 167-8.

²⁰ *História do Descobrimento & Conquista da Índia pelos Portugueses*, p. 45. É de justiça notar aqui que A. Fontoura da Costa não acreditou que os portugueses pensassem que os indianos eram cristãos. No seu minuciosíssimo comentário ao relato de Álvaro Velho escreveu: “Não é de aceitar que o Gama e os seus treze companheiros estivessem convencidos de terem entrado num templo cristão.” E em abono dessa convicção, cita a cena narrada por Fernão Lopes de Castanheda entre João de Sá e o capitão (p. 124). E. G. Ravenstein também mantém reservas. Escreve ele: “It is just possible that some of the Portuguese doubted whether the Hindu Gods and images represented the saints of their own churches.” E cita de seguida a mesma passagem de Castanheda. Mas não vai mais além dessa dúvida (Ravenstein, E. G., *A Journal of the First Voyage of Vasco da Gama, 1497–1499*. Translated and edited with notes, an introduction and appendices, New Delhi – Madras: Asian Educational Services, 1998, p. 54). Referindo o mesmo caso, Luís Adão da Fonseca escreve: “Há quem não acredite que os portugueses tenham estado realmente convencidos de que se tratava de um templo cristão. E argumenta-se com a observação do escrivão João de Sá [...]. No entanto, é perfeitamente possível compaginar ambas as informações. Por um lado, é uma realidade a crença de que existem comunidades cristãs no Oriente, embora com uma personalidade disciplinar e litúrgica diferente da da Igreja europeia — convicção em grande parte alimentada por uma secular tradição *livresca* e *erudita*. E, por outro lado, não é menos autêntica a reacção do escrivão — homem mais prático — que, ao estar menos condicionado por essa tradição, é capaz de ver as coisas tal como elas são. O sorriso do capitão-mor talvez revele o estado de espírito condescendente de quem percebe as duas leituras...” (Fonseca, 1997, p. 173). Que eu saiba, porém, nenhum destes historiadores se debruçou sobre as razões da sua dúvida.

balanço perceptivo e imensamente realista da situação e resume mesmo aquilo que Gama e os seus concluíram sobre a experiência acumulada e a sua leitura sobre as possibilidades de futura intervenção na Índia, onde o grande poder comercial se encontrava nas mãos dos mouros e eram eles que influenciavam os indianos no desenvolvimento de hostilidades para com os visitantes:

E, doutra, parte, não lhe punhamos tanta culpa, como era razão, porque sabíamos [de] certo que os mouros que aqui estavam, que eram mercadores de Meca e doutras muitas partes, que nos conheciam, lhes pesava muito conosco [aqui]. E estes diziam a El-rei como nós éramos ladrões e que, como quer que começássemos de navegar por esta terra, nenhuns navios de Meca, nem de Cambaia, nem dos Ingros, nem doutra parte, não viriam mais a esta terra, do que êle não haveria proveito nenhum; e que nós não lhe havíamos de dar nada, mas antes lhe havíamos de tomar; e que por aqui podia sua terra ser tomada. E, sôbre dizerem isto, peitavam mui muito que nos tomassem e matassem, [para] que não pudéssemos tornar a Portugal.²¹

Digamos que se trata de uma leitura mútua bastante empírica, realista. Era tão clara a percepção dos portugueses sobre os mouros, como clarividente era a leitura que os nossos faziam do entendimento deles sobre os nossos e as suas intenções. Que, aliás, foram as impressões com que regressaram a Portugal e que iriam informar os desenvolvimentos futuros.

Mas podemos ir mais longe nas nossas reservas face à alegada ingenuidade dos portugueses perante a religião dos hindus. Há uma passagem chave que tem sido inexplicavelmente ignorada pelos historiadores. Regressemos ao roteiro de Álvaro Velho:

Havia sessenta anos que os Reis seus antecessores mandavam, cada ano, navios a descobrir contra aquelas partes, porquanto sabiam que, em aquelas partes, havia reis cristãos como eles. [...] E agora o rei, que se chama D. Manuel, lhe mandara fazer estes três navios e o mandara por capitão-mor deles; e lhe dissera que se ele não tornasse a Portugal, até que lhe não descobrisse este Rei dos cristãos, e que se tornasse que lhe mandaria cortar a cabeça."²²

²¹ *Ibidem*, p. 60.

²² *Ibidem*, p. 47.

Com uma revelação destas, uma confissão declarada de Vasco da Gama ao samorim, não será nada forçar a tecla concluímos que, mesmo que os portugueses tivessem reconhecido que os hindus não eram propriamente cristãos, não poderiam contar a verdade toda a El-Rei D. Manuel pois sabiam que o monarca não estaria receptivo à notícia de eles não terem encontrado cristãos. Que Gama e os seus homens esperavam encontrá-los, isso é facto. Mas não os encontraram e tiveram a noção clara das possíveis consequências. Daí ser natural que tivessem tomado cautelas quanto às informações que levariam ao rei. Por sinal, D. João II, bem mais moderno que D. Manuel, já tinha imposto a Bartolomeu Dias a exigência de chegar à Índia e de lá trazer notícias dos cristãos com quem ele estabeleceria uma aliança. Todos sabemos o que aconteceu. Dobrado o Cabo das Tormentas, o capitão insistiu em avançar pela costa de Moçambique acima, mas a tripulação foi atacada de medos, e por boas razões, pois as mortes por doenças várias sucediam-se e os provimentos alimentícios escasseavam. Desencadeou-se um motim e Bartolomeu Dias criou um conselho para decidir o que fazer. Concordaram em avançar mais três dias, mas depois inverteram o rumo iniciando o regresso, para grande desapontamento do capitão e, depois, de El-Rei. Por isso D. Manuel, bem mais medieval e obcecado pela sua ideia de cruzada anti-islâmica e fortemente convencido da existência de reis cristãos na Índia, enviou Vasco da Gama com esse explícito e ameaçador ultimato.²³

Vasco da Gama, que só chegou a Lisboa a 29 de Agosto de 1499 (a primeira nau a entrar no Tejo é a *Berrio*, capitaneada por Nicolau Coelho, e a segunda é a *São Gabriel*, sob o comando de João de Sá), deve ter dado instruções aos seus homens para, na defesa da sua própria pele, não dizerem toda a verdade a D. Manuel, pelo menos de início. Mas também os seus delegados não devem ter

²³ Sobre D. Manuel e a sua mentalidade ainda fortemente medieval de prolongamento do espírito de cruzada nesse seu projecto de chegar à Índia, veja-se Thomaz, L. F., *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994, e também, do mesmo autor, de colaboração com Jorge Santos Alves, o ensaio “Da Cruzada ao Quinto Império”, em *A Memória da Nação*. Org. Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1991, pp. 81-164. Noutro lugar, Luís Filipe Thomaz sintetiza esse retrato de D. Manuel nos seguintes termos: “o imperialismo de D. Manuel, último avatar da ideia da Cruzada, era essencialmente anti-islâmico”. E mais adiante: “D. Manuel atribuía ao contacto com a Índia uma significação transcendente, e viu no seu achamento à primeira tentativa um desígnio misterioso da Providência, carregado de conotações proféticas”. Prefácio à tradução portuguesa de *The Career and Legend of Vasco da Gama*, de Sanjay Subrahmanyam, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998, pp. X e XII.

mentido completamente porque, se atentarmos no conteúdo da carta, ufana e cheia de ironia²⁴, que El-Rei envia aos Reis de Castela, as referências a terem os portugueses encontrado cristãos na Índia são insignificantes, quase inexistentes. Vejamos as passagens mais relevantes dessa carta, aquelas em que dá conta do “achado” por Gama e seus marinheiros:

Em que acharam grandes cidades e de grandes edefiços e ricos de grande povoação; nas quaes se faz todo o trauto de especearya e pedrarya, que passa en naaos, que os mesmos descobridores viram e acharam, em grande cantydade e de grande grandeza a Mequa, d hy ao Cairo, d homde sse espalha pello mundo; da qual trouveram logo agora estes cantidade a saber: de canella, cravo, gymgivre, nos nozcada, e outros modos d especearya, e ajnda os lenhos e folhas d ells mesmos; e muyta pedrarya fina de todas ssortes, saber: robjns e outros; e ajnda acharan terra, em que ha mynas d ouro; do qual e da dita especearya e pedrarya nem trouveram logo tanta ssoma, como poderam, por nam levarem para ello aquella mercadorya, nem tanta, como convynha. E porque sabemos que Vosas Altezas d isto ham de receber grande prazer e contentamento, ouveemos por bem dar-lhe d isso notificaçam; e cream Vossas Altezas que, segumdo o que per estes sabemos que se pode fazer, que nam ha hy duvjda que, segumdo a desposisam da gente christãs que acham, posto que tam confyrmada na fee nom seja, nem d ella tenha tam jnteiro conhecimento, se nam sigua e faça mujto serviço de Deos em sserem convertidos e inteiramente confyrmados em sua santa fee, com grande eixaçamento d ella; alem de o trauto principall de que toda a mourama, d aquellas partes sse aproveytava, e que por suas mãos sse fazia, sem outras pessoas, nem linhajeens nisso entemderem, se mudar e comunicar per esta minha parte descuberta a toda a christyndade, que ssera, com ajuda d elle mesmo Deos, que assy por sua piedade ho hordena, mais causa de nossas temçoos e preposytos com mais fervor se eixerçitarem, por sseu serviço, na gerra dos mouros, pera que Vossas Altezas teem tanto proposyto e nos tanta devoçam.²⁵

²⁴ Tenho escrito noutros lugares sobre o humor português, acentuando que somos mais propensos ao sarcasmo e à sátira do que à ironia, apesar da grande excepção que Eça de Queiroz é. Acho, todavia, esta carta de D. Manuel I aos Reis Católicos um exemplo supremo de ironia; aliás, um verdadeiro clássico do género na história universal.

²⁵ p. 196. Esta primeira carta não foi enviada, mas sim uma segunda, mais desenvolvida, mas que inclui estas passagens da primeira.

Primeiro: ter encontrado cristãos está longe de ser a grande notícia da carta. Depois, atente-se na descrição do tipo de cristãos que seriam os indianos — “gemte christãa” não “tam confymada na fee” e sem della “tam jnteiro conhecimento”, o que não significa que não praza a Deus e que sejam “convertidos e inteiramente confymados em sua santa fee”. D. Manuel deve ter sido informado de que os indianos não eram tão cristãos como nós, o que não implica de modo nenhum que Vasco da Gama não tivesse obtido uma visão bem mais realista da situação. Só que deve ter ordenado que se doseasse a informação a transmitir abertamente ao rei, atitude que evoca uma famosa anedota dos tempos do comunismo na União Soviética. É uma da série sobre crocodilos: Um professor na escola pede aos alunos exemplos de animais que voam. Um garoto diz: *O crocodilo*. O professor reage enérgico: *Mas o crocodilo não voa*. O aluno responde: *O meu pai diz que o crocodilo voa e ele sabe muita coisa que mais ninguém sabe*. O professor: *E o que é que o teu pai faz?* O aluno: *Ele trabalha para a KGB*. Então o professor reage, baixando o tom da voz: *Ah! Pois, sim, sim. Voa baixinho, mas voa...*

Há ainda aqui um pormenor importante a registar: João de Sá chega a Lisboa antes de Vasco da Gama. João de Sá era o cínico, incrédulo personagem daquela cena do templo que provocou o sorriso cúmplice de Vasco da Gama. Mais uma evidência de que deve ter havido combinação para não revelarem toda a verdade a D. Manuel.

Para sermos completamente objectivos, teremos de dar atenção a uma outra carta de D. Manuel, enviada para Roma para o cardeal D. Jorge da Costa, o famoso Cardeal de Alpedrinha, então a mais influente figura portuguesa no Vaticano. Nessa carta, o rei dá mais algum relevo aos “cristãos” “encontrados” pelos portugueses, o que é facilmente compreensível, pois tratava-se de influenciar e seduzir o papa atraindo os seus favores e protecção para o projecto da Índia. Todavia, nem por isso ele vai muito além de umas quantas referências *en passant*. Atentemos nesta significativa passagem, que por sinal só surge depois de o rei apontar as riquezas encontradas pelos seus navegadores, na verdade o tema central da carta:

O Rey desta cidade se tem por cristaão e assy a mayor parte de seu pouvo os quaaes mais com verdade se deuem teer por herejes vista a forma de sua cristandade de que ao santo padre scpreuemos [escrevemos] [...] ²⁶

²⁶ p. 200.

Mais adiante:

Outrossy afirma mestes aver na India XXXbiiij Reis e a mayor parte delles christãos da mesma maneira dos de qualecut pouco mais ou menos [...] trouxeramnos os nossos cinco ou seis jndios naturaes de quelcut dos quaaes huum delles era mouro e jaguora cristaão e os outros cristaãos de maneira em cima dita estes jndios sam menos pretos que guineus de huma pretidam sobre Roxo [...] ²⁷

Convenhamos que mesmo nesta carta com informações destinadas a ser transmitidas ao papa não há sinais do suposto engano na classificação dos indianos como cristãos. Nunca D. Manuel fala em cristãos autênticos (note-se que a carta é escrita ainda antes de o rei falar com Vasco da Gama, pois o capitão só chegaria um dia depois da escrita dela²⁸). Não diz que o rei da Índia é cristão, mas que “se tem por cristão”. E acrescenta: “e assy a mayor parte de seu pouvo os quaaes mais com verdade se deuem teer por herejes vista a forma de sua cristandade”.

Curiosamente, um áspero crítico da presença portuguesa na Índia, o historiador Sanjay Subrahmanyam, toma uma posição bastante sensata sobre esta questão que temos estado a visitar. Ao referir-se à visita que Vasco da Gama e os seus treze companheiros fazem ao templo hindu, faz uma série de reparos e levanta questões que, por serem da responsabilidade de um autor indiano, informado sobre a cultura local, merecem ser reproduzidas na íntegra, pese embora a sua extensão:

Os poderes de observação e descrição do nosso autor não o abandonaram; contrariamente ao que tem por vezes sido afirmado, refere cuidadosamente a prática religiosa e as peculiaridades deste “cristianismo oriental”. Estamos aqui a tratar, obviamente, de um templo, sugerindo ademais a figura do pássaro na *stambha* no exterior tratar-se de um templo Vaishnava (e não um templo Kali, como tem sido frequentemente imaginado), com o carro do Deus Garuda na sua costumeira posição de vigilância no exterior. Notemos, além disso, que os portugueses, na verdade, não tiveram oportunidade de examinar de perto a figura de “Nossa

²⁷ p. 200.

²⁸ A carta é de 28 de Agosto de 1499, véspera da chegada de Vasco da Gama a Lisboa.

Senhora”, tendo acreditado na palavra dos seus interlocutores locais fosse qual fosse o seu significado. Ora, levantam-se, neste contexto, duas questões. Dado que nenhum dos portugueses falava malaiala (ou qualquer outra língua indiana), a comunicação deve ter-se processado em árabe, através de Fernão Martins ou outro dos falantes de árabe. Neste caso era teoricamente possível, é óbvio, fazer uma distinção entre o cristianismo e formas locais de hinduísmo já que o vocabulário árabe de inícios do século XVI claramente o permitia. Na verdade, a palavra usada para designar os sacerdotes do tempo (*quafees*) é muito provavelmente uma versão portuguesa de uma amálgama dos termos árabes *qasís*, e *kâfir* (“infiel”, e assim também hindu), o que sugere que os portugueses tenham discutido a identidade destes homens com um falante árabe. Daí a nossa primeira questão: por que razão foram os portugueses levados até ao templo, e que lhes terá sido dito que os portugueses traduziram como “Nossa Senhora”? Além disso, dada a longa presença em Querala de cristãos de São Tomé (ou sírios), terão os seus interlocutores locais realmente sido incapazes de perceber que os portugueses eram cristãos? O facto de os portugueses não terem sido autorizados a entrar na parte interior do templo (a *garbha grha*, ou *sanctum sanctorum*) leva a pensar na existência de algumas dúvidas sobre o seu estatuto, se não mesmo na cabal certeza de que estavam na presença de cristãos. Os problemas acima referidos podem provavelmente reduzir-se a duas simples proposições. Primeiro, os portugueses iam à espera de encontrar cristãos orientais “perdidos”, cujas práticas difeririam amplamente das suas; iam, assim, determinados a ver em qualquer estrutura, que não fosse, obviamente, uma mesquita, um tipo de igreja. Segundo, não devemos esquecer que os portugueses desta expedição haviam aprendido o árabe de Magrebe, pelo que é fácil de imaginar que existissem diferenças dialectais significativas, e diferentes expressões orais, entre aquele árabe e a versão falada em Querala. Não precisamos de fazer apelo a complexas proposições filosóficas respeitantes a “traduções culturais” para ver como Fernão Martins e os seus companheiros podem ter sido levados ao engano. Convencidos que estavam de se encontrarem na terra de uma espécie de cristãos “desviados”, qualquer coisa que não se apresentasse explicitamente muçulmana era vista residualmente como cristã.²⁹

²⁹ Subrahmanyam, S., *A Carreira e a Lenda de Vasco da Gama*. Prefácio à edição portuguesa de Luís Filipe F. R. Thomaz, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, pp. 163-164.

Deste modo, a leitura dos únicos documentos que possuímos sobre o primeiro encontro dos portugueses com os indianos, bem como as informações deles recebidas e usadas por D. Manuel, estão longe de nos permitir concluir que os portugueses foram à Índia “reconhecer o conhecido”, como escreve Helder Macedo referindo-se aos portugueses que chegaram ao Brasil, e por isso supostamente lá teriam encontrado apenas o que levavam em mente, não conseguindo assim aperceber-se com objectividade da realidade que os circundava. Os nossos navegadores não eram, de modo nenhum, estúpidos e tinham já desenvolvido uma tradição de abertura ao novo. Não faltam documentos a comprovar o cuidado que tinham em registar com pormenor as novidades, os novos dados que acabaram solidificando uma atitude verdadeiramente empírica face ao mundo, que foi aliás o que lhes permitiu atingir o objectivo da Índia. Não fora a sua postura rigorosa de aprender com o que se lhes ia deparando nos novos mares (correntes e ventos), terras (baías, rios e promontórios) e céus (novas estrelas), e nunca teriam conseguido os feitos que os immortalizaram. Mas mais ainda, se não tivessem desenvolvido a sua argúcia no conhecimento rápido da língua e cultura dos povos que iam encontrando (Álvaro Velho inclui no seu roteiro um glossário de termos indianos, tal como outros navegadores haviam feito), as viagens teriam sido um fracasso. Elas desencadearam um processo de aprendizagem de contínuo avanço por *trial and error* (Popper *avant la lettre*), com muito erros, sim, inúmeras vezes fatais, mas que serviram para solidificar a convicção da necessidade de uma assimilação e adaptação (recorde-se Piaget), impostas pelo confronto com a realidade e não por mandato dos livros dos antigos. Eram inteligentes e astutos os líderes das expedições e Vasco da Gama faz decididamente parte da elite de entre eles. O sempre muito informado historiador George Winius sublinhou isso muito bem ao resumi-lo nestes termos:

De facto, os navegadores que serviram D. João II nas suas explorações constituíram o que hoje chamaríamos uma equipa de especialistas. A exploração do Atlântico sul requeria grandes conhecimentos e muito mais prática ou discernimento que os trajectos entre a Madeira, os Açores e o Reino. Além disso, nenhum comandante de navio suporta a preguiça dos seus subordinados, esforçando-se

por utilizar as suas capacidades ou por distribuir-lhes tarefas. Neste sentido, os mesmos homens de experiência e coragem que tinham servido o falecido rei [D. João II] estavam ainda no activo e disponíveis em 1497, para cumprir as ordens de D. Manuel.³⁰

Este contínuo ajustamento dos horizontes de expectativas com a realidade recolhida na experiência não constitui algo único por parte dos portugueses, pois é assim que a mente funciona. O que é especial são as novas situações em que os portugueses se encontram. Como a necessidade aguça o engenho, uma vez colocados em novas situações, eles reagem adaptando-se e autocorrigindo-se.

Hoje, cada vez com mais frequência surgem balanços de conjunto resumindo os conhecimentos actuais sobre o cérebro e algumas constantes parecem mais do que estabelecidas. Para não repetir aqui o que, sobre o processo de interacção entre o cérebro e o ambiente que o rodeia, já desenvolvi no meu ensaio de crítica ao conceito de “reconhecer o conhecido” elaborado por Helder Macedo,³¹ aduzirei apenas uns respigos de uma obra que resume muitos dos conhecimentos contemporâneos no domínio das ciências cognitivas:

When you walk down a city street, you seem to automatically know what things are without having to work out the details. Your brain makes assumptions about what you’re seeing based on your internal model, built up from years of experience of walking other city streets. Every experience you’ve had contributes to the internal model in your brain.

Instead of using your senses to constantly rebuild your reality from scratch every moment, you’re comparing sensory information with a model that the brain has already constructed: updating it, refining it, correcting it. Your brain is so expert at this task that you’re normally unaware of it. But sometimes, under certain conditions, you can see the process at work.³²

³⁰ Winius, G., “A viagem de Vasco da Gama – 1497–1499”, in *O Tempo de Vasco da Gama*, direcção de Diogo Ramada Curto, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Difel, 1998, p. 287.

³¹ Antes de ser recolhido em *Despenteando Parágrafos*, o texto foi publicado em *Letras Com(n) Vida*, n.º 4, 2.º semestre, 2011, pp. 88-94.

³² Eagleman, D., *The Brain. The story of you*, New York, Vintage Books, p. 58, 2017.

E mais adiante:

Your internal model operates under the assumptions that the world outside is stable. Your eyes are not like video cameras — they simply venture out to find more details to feed into the internal model. They're not like camera lenses that you're seeing through; they're gathering bits of data to feed the world inside your skull.³³

Obviamente que por detrás de toda esta aprendizagem do mundo estavam interesses políticos, e foi a necessidade de cumprir e atingir determinados objetivos que levou à abertura das mentes à realidade empírica. Provas disso temos em abundância. Não possuímos relatos das conversas de Gama com D. Manuel, todavia temos as instruções de Gama para a viagem de Pedro Álvares Cabral e sabemos o que acontece também na segunda viagem de Vasco da Gama à Índia, bem como nas subsequentes. Não há indícios de acordos entre reis cristãos, mas apenas entre potentados económicos, estratégias de alianças com os indianos de modo a cooperarem contra o poder muçulmano que dominava o comércio na Índia, e que urgia derrotar. O que se passou a seguir está mais do que minuciosamente narrado pelos nossos cronistas e exemplarmente sintetizado por um historiador inglês que, com base sobretudo nessas nossas fontes, escreveu um portentoso relato dos anos subsequentes, os do assalto ao controlo das redes de comércio no Índico retirando-as das mãos dos muçulmanos. Quem não se quiser dar ao trabalho de ler as nossas fontes, por exemplo Afonso de Albuquerque, Duarte Barbosa ou Fernão Lopes de Castanheda (para mencionar apenas alguns) Roger Croley pode prestar esse favor, pois ofereceu-nos uma vividíssima e extraordinariamente arquitectada e documentada narrativa no seu *The Conquerors. How Portugal Forged the First Global Empire*.³⁴

Sob o perigo de exagerar na insistência, digamos à guisa de conclusão: toda esta antiga história de os portugueses terem ficado convencidos de ter encontrado cristãos na Índia, os descendentes do apóstolo São Tomé que, com base em relatos antigos buscavam, não tem base sustentável. Tudo afinal parece surgir da desatenção de se ter dado uma importância primordial ao relato do que aconteceu nesse primeiro encontro logo à chegada. E nem aí a realidade dos factos (e só

³³ p. 60.

³⁴ New York, Random House, 2015.

conhecemos o que nos foi narrado por Álvaro Velho) permite as ilações durante tanto tempo sustentadas. Ao longo de três meses de permanência na Índia os portugueses viram aquilo que se lhes impunha.

Gostaria ainda de levantar uma dúvida sobre a razão de Vasco da Gama ter demorado tanto tempo a chegar a Lisboa e ter enviado à sua frente outras duas naus, quando naturalmente ele deveria querer ser o primeiro a dar a grande notícia ao rei. A morte de seu irmão Paulo da Gama, enterrado em Angra, na ilha Terceira, não parece razão suficiente para justificar uma demora de três meses. Será que Gama quis mandar os outros barcos primeiros para que as novidades não muito entusiasmantes e cheias de problemas fossem aos poucos apresentadas ao rei de modo a não o enfurecer? Teria Vasco da Gama ficado nos Açores o tempo suficiente para que de Lisboa regressasse algum barco com notícias das reacções de D. Manuel às notícias do que ele (não) encontrou na Índia? Deixo esta dúvida em suspenso por achar que será necessário consultar muita documentação a averiguar se existem dados sobre as razões de tão estranho atraso nesse regresso de Vasco da Gama a Lisboa.³⁵ Se não o explicitaram, foi por haver razões subjacentes deveras sérias, como vimos. As supostas afinidades cristãs com os indianos foram sol de pouca dura. Ao longo dos dias, a evidência impôs-se-lhes. Mas havia que ter cuidado ao dar a notícia da ausência de cristãos ao obsessivo D. Manuel, fixado na ideia de encontrar o Prestes João³⁶, a milhares de milhas de distância e sem acesso ao “saber de experiência feito” que a longa e dura viagem proporcionara aos navegadores.

³⁵ Pedi ao historiador Artur Teodoro de Matos o favor de me ler este texto e, acerca desta minha interrogação, respondeu-me num e-mail de 9 de Agosto de 2017: “quando estudei a armada das ilhas verifiquei que nenhuma armada ultrapassou 1 mês na viagem Lisboa-Angra ou Angra-Lisboa. Três meses é um exagero”. (Veja-se o seu “Os Açores e a Carreira das Índias no séc. XVI”, in *Estudos da História de Portugal*, Vol. II, Séc. XVI-XX, Lisboa, 1983.) Entretanto, o historiador terceirense J. Guilherme Reis Leite chamou a atenção para o facto de esses dados se referirem a uma época posterior, quando o acesso aos Açores tinha melhorado e acima de tudo passado a ter muito maior regularidade, com o papel das ilhas e sobretudo de Angra na carreira da Índia. Nada disto acontecia no final do século XV o que fará que os três meses que Gama passou em Angra pareçam menos estranhos. (email de 28 de Março de 2018)

Repito tratar-se de uma dúvida, mas não deixa de ser estranho não ter sido Vasco da Gama a querer dar a notícia a D. Manuel da realização de um sonho de décadas e em que ele era indubitavelmente o grande herói.

³⁶ Isabel Soler e Ignacio Vásquez puseram a questão nos seguintes termos: “[...] el Preste Juan [...] se convirtió en una cuestión de Estado durante los primeros años del reinado de D. Manuel, aunque ya lo había sido para su antecesor D. João II.” *Cartas de Três Oceanos, 1499–1575*. Edición y traducción de Isabel Soler e Ignacio Vásquez, Bogotá, Libro al Viento, 2013, pp. 21ss.

Se alguma moralidade esta história contém, parece a seguinte: os intelectuais por vezes esquecem-se de que também podem ser vítimas de “reconhecer o conhecido” e de não conseguirem, ou não quererem, sair desse universo.³⁷

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 24 DE MAIO DE 2018)

³⁷ Dei também a ler o presente texto ao historiador Diogo Ramada Curto. No comentário que me enviou, dizia: “Só faço um reparo: o confronto entre essas duas perspectivas é anterior e, por muito que lhe possa chocar, cruza-se com um debate mais ideológico sobre o lusotropicalismo. Não leve a mal que me cite a mim próprio, num ensaio introdutório à *Opera Minora* do [Charles] Boxer, pois detectei a partir de um outro quadro de referências a mesma antinomia. Penso que é clara a minha posição, mais próxima da sua.” E reproduzia a seguir a passagem por ele referida, de que retiro as seguintes linhas, sem as notas de rodapé:

“Orlando Ribeiro, geógrafo, director de um dos mais institucionalizados centros de estudos criados pelo Estado Novo, assumiu-se, desde pelo menos 1956, como um dos apoiantes das teses oficiais do luso-tropicalismo. Evocando publicamente a autoridade resultante de uma viagem empreendida às, então chamadas, províncias ultramarinas, e baseado numa limitada selecção de exemplos do passado, Orlando Ribeiro repetiu a sua mensagem de elogio à mestiçagem, como marca de originalidade da expansão portuguesa. [...] Inéditas deixou as páginas mais esclarecedoras acerca dos resultados mitigados alcançados, na prática, pela política e capacidade de assimilação demonstradas pelos portugueses.

Autores tais como Orlando Ribeiro, em lugar de valorizarem um suposto orientalismo português, consideraram antes a capacidade dos portugueses para integrarem o exótico através de “paradigmas familiares”. A respeito desta última interpretação, o mesmo Orlando Ribeiro recordava o exemplo do roteirista da frota de Vasco da Gama quando considerava ser Melinde parecida com Alcochete, facto que revelava “identificação do exótico ao habitual”, isto é, “maneira de o integrar na mesma concepção de vida”. Paralelamente a este tipo de percepção, o conhecido geógrafo apresentava os temas da “atração das raças de cor”, baseada no “convívio com as mulheres da terra”, capaz de suscitar uma “prole matizada e abundante”. Neste sentido, os portugueses ligaram-se “à gente da terra e, por meio da assimilação, da conversão e da mestiçagem, souberam alargar os quadros da nossa acção, integraram na escassa gente que possuíamos alguns dos nossos mais leais e profícuos colaboradores” [...]

Frente a esta tese de clara conotação luso-tropicalista, a valorização da tradição orientalista portuguesa — reveladora da capacidade de os autores portugueses compreenderem o Oriente — parece apontar num sentido oposto: em lugar de se procurar identificar o exótico com o familiar, pretende-se, isso sim, apreciar os autores portugueses nos seus propósitos de conhecerem o Oriente e o que é diferente nas suas especificidades.” (email de 5 de Setembro de 2017).

O meu comentário a esta informada observação foi feito nos seguintes termos: “Creio que se trata de duas questões diferentes. Não referi o lusotropicalismo porque essa questão é diferente da incapacidade de Gama e os seus marinheiros de perceberem que os indianos não eram cristãos. O lusotropicalismo é uma questão de valores, resultante de uma crença na superioridade ética dos portugueses; este caso Gama é de ordem epistemológica, supostamente resultante de uma incapacidade de ele transcender as suas categorias mentais. Quedei-me sempre dentro dessa perspectiva na minha análise, sem nunca entrar na questão dos valores ou da ética. Permaneci no domínio dos factos.” [email do mesmo dia] Na verdade, não é por aí que os portugueses são diferentes dos outros.

* A presente comunicação não segue a grafia do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.